



PROJETO DE LEI Nº 9.786/2023

Altera a Lei nº 4.834, de 20 de julho de 2009 e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU, Estado de Pernambuco, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela submete ao Poder Executivo o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica alterado o artigo 6º da Lei nº 4.834, de 20 de julho de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º A doação de bens móveis inservíveis da administração pública do Município será permitida, exclusivamente, para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica, em favor de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, Associações e Cooperativas que promovam ações voltadas ao bem comum e estejam em atividades regulares no Município, além dos requisitos dispostos nessa Lei.(NR)

I- (Revogado)

II-(Revogado)

III-(Revogado)

§ 1º A doação deverá ser precedida de autorização expressa do titular da Secretaria Municipal ou órgão doador, após análise técnica da divisão de patrimônio.(NR)

§ 2º A entidade a ser beneficiada deverá declarar qual a destinação que será dada ao bem doado, de modo que o interesse público seja devidamente justificado, conforme determina o art. 17. II, “a”, da Lei nº 8.666/93 ou art. 76, II, “a”, Lei nº 14.133/2021 .(NR)

[...]

§ 4º Sendo comprovado que o bem ocioso ou recuperável não

recebeu a destinação declarada pelo donatário ou que seu uso não atende ao interesse público, o bem será revertido ao patrimônio público.(NR)

§ 5º As entidades deverão dispor dos documentos elencados a seguir, os quais poderão ser apresentados em cópias simples, desde que acompanhadas pelos originais ou atestadas por servidor público:(NR)

- a) Estatuto ou ato constitutivo em vigor devidamente registrado;(AC)*
- b) Ata da última assembleia da eleição e posse dos integrantes dos órgãos superiores de deliberação e administração que estejam em exercício devidamente registrada;(AC)*
- c) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;(AC)*

Art. 2º Fica acrescido o artigo 9º-A à Lei nº 4.834, de 20 de julho de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º - A. Compete a Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis:

I – relacionar os bens móveis inservíveis;

II – remover as etiquetas patrimoniais e adesivos institucionais dos bens móveis e encaminhá-los para descarte ou doação;

IV – avaliar e atestar as condições dos bens móveis quanto à inservibilidade;

VI – recomendar a destinação dos bens móveis avaliados;

V-elaborar Relatório de Bens Móveis Inservíveis – contendo, no mínimo:

- a)relação de bens com valor;*
- b)estado de conservação;*
- c)tipo de inservibilidade;*



d)fotos;

e)assinatura da Comissão.

Parágrafo Único. A Comissão ficará responsável pela elaboração do laudo de avaliação dos bens a serem doados, conforme estabelecido nessa Lei.(AC)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Caruaru, Estado de Pernambuco, quarta-feira, 20 de dezembro de 2023.

Vereador BRUNO LAMBRETA
Presidente

Vereador LEONARDO CHAVES
1ºSecretário

Vereador GALEGO DE LAJES
2ºSecretário

Autoria do Poder Executivo